XII SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC 2016
Canoas, RS – 17 a 21 de outubro de 2016

COMUNICAÇÃO ORAL

ISSN 1983-6783

MEMÓRIA, TRADIÇÃO E PATRIMÔNIO: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

Ana Lérida Pacheco Gutierrez, Maria de Lourdes Borges (orient.)
UNILASALLE

Resumo

Este trabalho objetiva refletir sobre os entrelaçamentos entre memória social, tradição e patrimônio, para a construção de relações com o patrimônio documental. Parte-se das ideias de Candau, Hobsbawn e Poulot. Por fim, introduz-se a noção de patrimônio documental.

Palavras-chave: *Memória*, *Patrimônio Documental*.

Área Temática: Memória Social e Bens Culturais

1. Introdução

O presente ensaio teórico tem por objetivo refletir sobre alguns entrelaçamentos possíveis entre memória social, tradição e patrimônio, para a construção de relações com o patrimônio documental. Em um primeiro momento são apresentadas as ideias de Candau sobre memória e ordenação do mundo, a partir de um pensamento classificatório. Em um segundo momento, apresenta-se a perspectiva de Hobsbawm sobre a invenção das tradições e discute-se a tradição como um desdobramento deste modo de ordenação do mundo. A seguir, introduz-se a visão de Poulot sobre patrimônio e uma breve discussão sobre a noção de patrimônio documental, a partir do Programa Memória do Mundo, da UNESCO. Metodologicamente privilegiou-se a técnica de pesquisa bibliográfica para seleção de fontes que embasassem o conceito de patrimônio documental, já que muito se discute preservação e gestão de documentos, mas são poucos os estudos que associam documentos a patrimônio como fontes de memória e representação do legado de uma coletividade.

2. Marco Teórico

O recorte teórico deste trabalho está amparado em Candau, Hobsbawm e Poulot, que em seus textos analisam aspectos relacionados à memória, à tradição e ao patrimônio. Vistos em conjunto revelam uma complementaridade que pode auxiliar na constituição de uma concepção de patrimônio documental.

2.1 Candau e a ordenação do mundo

À primeira vista, e antes de se perceber a memória como um campo de estudos multi, inter e transdisciplinar, a imagem que comumente se forma sobre seu significado pode ser superficialmente aproximada a de um lugar de armazenamento mental em que o conhecimento acumulado e organizado pelo indivíduo estaria em estado latente até ser acionado pela necessidade, tal como um gigantesco armário repleto de caixas ao qual se recorre em busca de determinado objeto que se sabe estar ali guardado. Imagem simplista, mas que emerge com novo

ISSN 1983-6783

significado a partir da leitura do capítulo intitulado Pensar e Classificar: memória e ordenação do mundo, do livro Memória e Identidade, de Joël Candau, antropólogo e professor da Universidade de Nice Sophia Antipolis.

No referido capítulo, Candau (2014) discute o processo de ordenação do mundo a partir de um pensamento classificatório. E para isso, o texto é subdividido em seções que conduzem à reflexão sobre alguns aspectos da relação entre tempo e memória: representação e modulação do tempo; tempo profundo e memória longa; a medida do tempo; tempo privado e tempo anônimo: do presente real ao tempo real; o campo do memorável, a memória das origens e a memória dos acontecimentos.

Para Candau (2014, p.83) a memorização de um mundo previamente ordenado é condicionante para a conservação do pensamento e da lembrança, amparando-se em Lévi-Strauss, quando este afirma que a classificação, apesar de heterogênea e arbitrária, salvaguarda a riqueza e a diversidade do inventário.

Ao referir-se à escrita como uma técnica que melhorou a o processo de rememoração, o autor destaca que isso só é possível porque “o alfabeto cristaliza as possibilidades auditivas de organização e fornece uma forma classificatória particularmente eficaz”. Aqui o autor parece referir-se ao nível mnemotécnico. Para escrever é necessária uma aprendizagem através da alfabetização. Nas sociedades ocidentais, esse processo corresponde a identificar as letras, e depois separá-las em vogais e consoantes, juntá-las em sílabas para formarem as palavras, e depois juntá-las em frases e períodos que façam sentido e expressem ideias. Depois que se aprende, o processo é esquecido e somente será ativado por ocasião do contato com um novo idioma, em que será exigido um novo processo de reconhecimento para as mesmas letras que formarão novas sílabas e novas palavras para expressarem, talvez, ideias semelhantes. O processo de aprendizagem de idiomas cujo alfabeto difere do ocidental, como o japonês e o árabe pode ser tomado como exemplo desta etapa de reconhecimento e memorização inicial. O que leva à questão da linguagem e dos idiomas como uma convenção arbitrária e seletiva de uma comunidade de falantes que a elege como veículo exclusivo de sua identidade e cultura.

Da mesma forma, Candau (2014, p.84) vê no arquivo, “objeto-memória por excelência”, um “princípio de unificação, identificação e classificação”. Arquivo tomado aqui genericamente como a arca dos guardados individuais ou coletivos mais preciosos, eleitos de acordo com as escolhas baseadas em fortes afinidades identitárias.

De acordo com Candau (2014, p.84), os mecanismos de recordação e esquecimento já operam uma classificação, conforme as modalidades históricas, culturais, sociais peculiares a um determinado grupo. Citando Perec, em Pensar/Classificar, Candau (2014) afirma que a identidade do indivíduo é construída a partir de múltiplos mundos classificados, ordenados e nomeados em sua memória, de acordo com uma lógica do mesmo e do outro, subjacente a toda categorização: reunir o semelhante e separar o diferente. Para Candau (2014), a maneira que o pensamento classificatório opera sobre a categoria do tempo será fundamental para as relações entre memória e identidade, pois as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal.

Na seção intitulada Representação e Modulação do Tempo, Candau (2014, p.85) destaca a primeira operação de ordenamento temporal: distinguir o presente do passado. Pensar o tempo supõe classificá-lo, ordená-lo, denominá-lo e datá-lo. Os processos identitários são instaurados a partir de memórias, cuja natureza vai depender das modalidades de representação do tempo pelos membros de um grupo e sua acomodação num fluxo temporal irreversível.

Ao introduzir os conceitos de Tempo Profundo e a Memória Longa, Candau (2014, p.85) indica que a consciência da amplitude da memória do tempo passado terá efeito direto sobre as representações de identidade. A descoberta dos tempos profundos (*deep time*), identificados como o tempo geológico e o astronômico, alteraram a representação que o ser humano fazia de seu lugar no universo (CANDAU, 2014, p.86), tendo como consequência o enfraquecimento da consciência identitária. A memória longa, definida como “a percepção de um passado sem dimensão, imemorial em que se tocam e por vezes se confundem acontecimentos pertencentes tanto aos temos antigos quanto aos períodos mais recentes”, é própria de uma coletividade e

ISSN 1983-6783

revela memórias fortes, organizando a representação que um grupo faz de si mesmo, de sua história e de seu destino, de forma estável. (CANDAU, 2014, p.86)

De acordo com o autor (CANDAU, 2014, p.87-88), muitas vezes a duração do tempo em relação à memória não é assimilada como quantidade mensurável, mas como uma qualidade associativa e emocional, que depende das representações que os membros de um grupo fazem sobre sua identidade e história Para ele, a consciência do passado não é a da duração, e embora se possa lembrar acontecimentos passados, perde-se a memória do fluxo do tempo, pois sua percepção varia muito em função da densidade dos acontecimentos. Ao relacionar a memória aos acontecimentos, Candau (2014, p.88) afirma que às vezes a memória contrai o tempo, referindo-se à lembrança de períodos com poucos ou sem acontecimentos, como o de uma longa doença; ao passo que em outros momentos, a memória confere ao tempo uma extensão maior, numa tentativa de eternizar o passado. E conclui que em ambos os casos “o ato de memória isola os acontecimentos” esvaziando-os da duração.

Para Candau (2014, p.88), as representações que valorizam os tempos mais antigos e a ideologia dos “velhos bons tempos” que emergem como nostalgia de um passado idealizado, observado em todos os grupos e na maioria das sociedades, podem expressar mais que uma crise, uma busca identitária e uma crítica da sociedade no presente.

Na seção intitulada A Medida do Tempo, Candau (2014, p. 90) comenta que os múltiplos instrumentos para organizar o tempo ou meios de registro, tais como agendas e calendários, são formas de domesticação e recorte temporal. Para ele, “unindo presente, passado e futuro, o calendário representa uma referência” tanto para a identidade dos indivíduos como para os grupos. Representações temporais com ajuda de categorias arbitrárias como século e milênio ativam processos memoriais e identitários: o fim de um século ou do milênio, mas também o seu início, são momentos significativos, ocasião dos balanços em relação ao passado, e expectativas diante de um futuro incerto, e por vezes temido. (CANDAU, 2014, p.91)

Na seção seguinte, intitulada Tempo privado e tempo anônimo: do presente real ao tempo real, o autor se ampara em trabalhos das áreas de Psicologia e Antropologia para afirmar que os “melhores índices de evocação” estão associados ao plano individual, ou seja, “acontecimentos integrados na vida do sujeito”, de forma que a memória se implanta em um tempo privado (CANDAU, 2014, p.91). Candau exemplifica com o caso dos moradores de Vendeia, região da França, no qual os eventos narrados se estruturavam em torno de indicadores temporais centrados sobre o narrador (datas estabelecidas em relação a uma cronologia familiar como nascimentos, casamentos, etc.) e não em torno de datas fixas (dia/mês/ano)..Para citar exemplos contemporâneos, é possível pensar em eventos como a morte do piloto Ayrton Senna, para os brasileiros, bem como o ataque terrorista ao World Trade Center, eternizado pela data do ocorrido, onze de setembro de 2001, para a comunidade mundial. Ao identificar que essas “formas tradicionais de ser no mundo participam de memórias fortes, enquanto aquelas que se desenvolvem hoje tendem mais a memórias fracas” (CANDAU, 2014, p 92-93), o autor faz uma crítica ao imperativo moderno do “tempo real”, o qual, em sua concepção, anuncia nova relação com a temporalidade: após o homem tentar se libertar do tempo e domesticá-lo, as sociedades parecem submeter-se a ele, cedendo ao efêmero, ao imediatismo e à instantaneidade: “Nossa sociedade merece o título de acrófaga, não porque ela devora o tempo, mas porque ela o escamoteia em suas características próprias que são a duração, o fluxo, a passagem”. (CANDAU, 2014, p 94)

O autor (CANDAU, 2014, p. 94) define o tempo real por oposição ao presente real. Enquanto o presente real é concreto, “tempo contínuo, feito de heranças e projetos, ganhos e perdas, combinação sutil de um passado que não é totalmente passado e de um futuro inscrito [...] em um ‘horizonte de espera’”; o tempo real é abstrato e indefinido, tempo do instante, de “uma interrupção imaginária de fluxo do tempo”, concluindo que o presente real é rico de memória de ação e o tempo real encerra uma ação sem memória.

Por sua vez, o campo do memorável é delineado por Candau (2014, p. 94) ao afirmar que a alternância entre memória e esquecimento ocorre porque nem tudo o que é memorizável é memorável. Esta definição será importante para a discussão sobre patrimônio, pois reitera a questão observada por Halbwachs de que o tempo só tem realidade porque tem conteúdo ou

ISSN 1983-6783

acontecimentos, os quais serão objeto de escolha e hierarquização a partir de um trabalho de construção da identidade. Ao discordar em parte dessa concepção, porque sugere um registro passivo de uma seleção de coisas do passado, Candau (2014, p.95) questiona como ocorre a produção do memorável e constata que acima das categorias do antes/agora ou naquele tempo/no presente, o campo do memorável se constituirá a partir de um certo número de referências temporais em que o mais significativo será: i) o momento de origem, e ii) a experiência do acontecimento.

A memória das origens, no entendimento de Candau (2014, p.95), é um desafio para a memória e a identidade, por isso constitui uma invariante cultural. O esquecimento pode ser instaurado por decreto, mas não se inscreve totalmente na sociedade. E isso não impedirá que grupos e indivíduos instaurem uma nova origem para fundar suas identidades presentes, como Hobsbawm também aponta ao se referir à invenção das tradições. E nesse ato de memória, "a referência às origens se faz sempre selecionando e escolhendo". O autor atenta para o "desafio da pureza da transmissão e da autenticidade do que é transmitido desde as origens", porque são qualidades que condicionam a representação de identidades autênticas passíveis de combater o xenos (sectarismos e fundamentalismos), cujos exemplos negativos continuam na atualidade.

Sobre a memória dos acontecimentos, Candau (2014, p.98) afirma que o ponto de origem não basta para que a memória possa organizar as representações identitárias, necessitando de acontecimentos, como referências que marcam uma trajetória no eixo temporal, pois um tempo vazio de acontecimentos é um tempo vazio de lembranças. Para ele, cada memória é um museu de acontecimentos singulares aos quais associa-se a evocação, representada por marcos de uma trajetória individual e coletiva que encontra sua lógica e coerência nessa demarcação.

Candau (2014, p.99) reitera que as lembranças da experiência individual advêm de um processo de seleção mnemônica e simbólica de fatos reais ou imaginários (acontecimentos) que presidem a organização cognitiva da experiência temporal. São significantes da identidade pessoal mobilizados em função de três critérios: sua eficácia memorial presumida, a natureza das interações intersubjetivas e o horizonte de espera no momento da rememoração. O agenciamento e modelagem da identidade de um grupo ocorrem a partir de acontecimentos ou seus restos, com estatuto memorial ambivalente, entre o dever de memória e necessidade de esquecimento. E conclui que a força das memórias dependerá da coerência geral do campo memorável, ou seja, da "estruturação mais ou menos homogênea do conjunto de lembranças", a partir de uma origem e sucessão de fatos, quer seja um indivíduo ou uma coletividade.

O autor (CANDAU, 2014, p. 100) estabelece ainda uma diferença entre memória e história: para ele, a Memória se desenvolve no tempo privado e na história vivida, enquanto a História se organiza em torno de acontecimentos apreendidos externos ao do narrador. O acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, com o tempo de instância da palavra, enquanto na enunciação histórica é o acontecimento que constitui um marco temporal pelo sujeito da enunciação (no caso, o historiador)

Para Candau (2014, p.100) acontecimentos são tempos fortes que fazem memórias fortes; assim como a dissolução do acontecimento na "banalidade do todo-acontecimento" origina memórias fracas. Dessa forma, o autor explicita a importância dos acontecimentos em relação às temporalidades e como indivíduos e grupos selecionam e representam o mundo a partir de construções identitárias.

2.2 Olhares sobre tradição e patrimônio

Por sua vez, Hobsbawm (2002, p. 9) destaca a construção da noção de tradição e sua invenção moderna. Na introdução do livro A Invenção das Tradições, o autor alerta para o fato de que muitas vezes tradições consideradas antigas são, na verdade, recentes ou inventadas. O objetivo de seu estudo foi o de identificar como tradições inventadas surgiram e se estabeleceram. Por tradição inventada Hobsbawm a conceitua como:

ISSN 1983-6783

> um conjunto de práticas reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado". Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2002, p.9)

O autor afirma que o contraste entre as mudanças da modernidade e a tentativa de estruturar alguns aspectos da vida social de forma invariável e imutável tornam a invenção das tradições um assunto pertinente. A mesmas ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem o próprio passado pela repetição. (HOBSBAWM, 2002, p.10)

Hobsbawm (2002, p.10) elabora, ainda, uma diferenciação entre tradição, costume e convenção. Enquanto a tradição tem como característica a invariabilidade, cujo passado real ou forjado impõe práticas fixas como a repetição; o costume, por sua vez, não impede as inovações, e sua função é "dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sansão do precedente, continuidade histórica e direitos naturais". Como exemplo, Hobsbawm (2002) cita a área jurídica, na qual o costume constitui o que os juízes fazem, enquanto a tradição (inventada) é a peruca, a toga e os rituais formais que cercam a ação do magistrado. Já a convenção, ou rotina, não possui função simbólica ou ritual importante, embora possa vir a tê-las. Elas podem facilitar a transmissão do costume, embora ambas ocupem um lugar oposto ao das tradições. Neste sentido, as ações tanto políticas como culturais e educativas proporcionaram uma mudança do culto à herança, deixando de ser uma preocupação de uma pequena elite para tornar-se um compromisso coletivo, conforme o autor.

Em A razão Patrimonial no Ocidente, Poulot (2009) reflete sobre as relações entre herança histórica, propriedade e legitimidade. O autor destaca que desde o período pós segunda guerra, vê-se aspectos que englobam antropologia jurídica e política de longa duração, possibilitando firmar uma filiação e reivindicar uma transmissão. Outro importante aspecto a ser levado em consideração, conforme Poulot (2009), é a questão da identidade que se originou a partir Revolução Francesa e o surgimento do Estado Nação, com a afirmação de uma coletividade ou de uma comunidade imaginaria.

Poulot (2009) explica que, a partir da década de 1960, ocorre uma alteração do conceito da cultura, passando a abranger um espectro mais amplo das práticas sociais, com o surgimento da ideia de culturas múltiplas, favorável ao fortalecimento da pluralidade de identidades. Para Poulot (2009), o entendimento de patrimônio envolve uma mescla de posses que devem ser reconhecidas como transmissíveis, e que mobilize um conjunto de pessoas de uma sociedade capaz de identificá-las como de seu domínio. O que inclui denotar a capacidade e coerência de organizar sua recepção, orientar a agregação de um conjunto de valores, que permitem estruturar o legado do passado à espera ou organização de um futuro, ou a configuração de um futuro, com objetivo de propiciar determinadas alterações, concomitante ao passo de assegurar uma continuidade. Conforme Poulot (2009), a passagem do tempo confere valor ao monumento. Da mesma forma que outros artefatos que testemunhem o passado sejam passiveis de, a partir de um determinado tempo, atingir uma significação monumental, independentemente do valor de sua origem.

De acordo com Gomes e Pacheco (2016, p.2), a configuração do que se chama patrimônio cultural ocorre a partir do "reconhecimento por determinado grupo social dos bens materiais ou imateriais que o particularizam no conjunto dos grupos sociais, como elementos simbólicos que são destacados para afirmarem identidades e pertencimentos sociais".

Pereira Filho (2015) afirma que a documentação, articulada à atividade de pesquisa representa um "bem cultural imprescindível para as ações preservacionistas do patrimônio":

> Ambas se nutrem reciprocamente, na medida em que podem trazer à tona registros do passado e do presente, suscitando questionamentos, reflexões, olhares, percepções e problematizações sobre os nossos diversificados acervos. Ações estas que são fundamentais para a constante produção do conhecimento

ISSN 1983-6783

interdisciplinar a partir das múltiplas (re)apropriações desse bem bastante emblemático das nossas memória e história: a documentação.

A partir do entendimento de que as memórias coletivas, ao serem documentadas, constituem um patrimônio documental, e que o mesmo representa uma parte considerável do patrimônio cultural mundial, a UNESCO constituiu, em 1992, o programa Memória do Mundo.

De acordo com o órgão, a memória do mundo apresenta-se como "legado do passado para a comunidade mundial presente e futura", pois possibilita a reconstituição e o conhecimento sobre a "evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana". Legado este que mesmo custodiado em bibliotecas, arquivos, museus e memoriais por todo o mundo, encontra-se ameaçado por fatores tais como guerras, deslocamento acidental ou deliberado de acervos e coleções, deterioração ou destruição, obstáculos práticos ou políticos que dificultam o seu acesso. (UNESCO, 2016)

O Programa originou-se do aumento de conscientização sobre a condição lamentável de preservação e o acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo. Guerras e conflitos sociais, bem como a grande falta de recursos, fizeram com que piorassem os problemas existentes há vários séculos. Coleções de grande importância ao redor do mundo têm tido vários destinos, como: saques, dispersão, tráfico ilegal, destruição, arquivamento e investimento inadequados. Muitas coleções já se perderam para sempre, e muitas outras estão ameaçadas de extinção, mas, felizmente, alguns patrimônios documentais às vezes são redescobertos. (UNESCO, 2016)

O Programa Memória do Mundo incentiva, através de comitês regionais e nacionais, projetos e atividades em todos os âmbitos (global, regional, nacional e local) implementados a partir de cinco estratégias fundamentais: identificação de patrimônio documental, conscientização, preservação, acesso, estruturas, status e relações.

O Programa Memória do Mundo tem como visão que o patrimônio documental mundial "pertence a todos, e deve ser completamente preservado e protegido por todos, com o devido reconhecimento e respeito por hábitos e práticas culturais, devendo ser permanentemente acessível a todos, sem obstáculos." (UNESCO, 2016) Sua missão é: i) facilitar a preservação do patrimônio documental mundial, através de técnicas apropriadas; ii) assistir o acesso universal ao patrimônio documental, encorajando a disseminação de forma abrangente e equitativa, respeitadas as limitações legais e peculiaridades culturais; iii) aumentar a conscientização mundial quanto ao exercício e à significância do patrimônio documental, através dos registros da Memória do Mundo, da mídia e das publicações promocionais e informativas. (UNESCO, 2016)

A preservação e o acesso a esse material não somente complementa um ao outro, como também aumenta a conscientização, uma vez que o acesso demanda o estímulo do trabalho de preservação. Incentiva-se a confecção de cópias acessíveis, para reduzir a pressão sobre o manuseio de materiais preservados. (UNESCO, 2016)

Por fim, o Registro da Memória do Mundo é uma lista do patrimônio documental mundial, recomendada pelo Comitê Consultivo e endossada pela diretoria-geral da UNESCO, cujos critérios de seleção para a inscrição de um acervo documental são a importância mundial e destacado valor universal. O Registro da Memória do Mundo é "o aspecto com maior visibilidade pública do Programa Memória do Mundo." (UNESCO, 2016).

3. Metodologia

A metodologia utilizada no presente ensaio privilegiou a técnica de pesquisa bibliográfica para seleção de fontes que embasassem o conceito de patrimônio documental, já que muito se discute preservação e gestão de documentos, mas são raros os estudos que associam documentos à patrimônio como fontes de memória e representação de um legado intelectual de uma coletividade.

ISSN 1983-6783

4. Considerações Finais

Com o objetivo de refletir sobre as possibilidades de entrelaçamentos entre memória social, tradição e patrimônio, para a construção de uma concepção de patrimônio documental, buscou-se apresentar as ideias de Candau sobre memória e ordenação do mundo, a partir de um pensamento classificatório, assim como a perspectiva de Hobsbawm sobre a invenção das tradições como um desdobramento deste modo de ordenação do mundo. Poulot, Gomes e Pacheco e Pereira Filho complementaram-se no delineamento de uma abordagem sobre patrimônio e a noção de patrimônio documental, a partir do Programa Memória do Mundo, da UNESCO.

Para Candau (2014), a maneira que o pensamento classificatório opera sobre a categoria do tempo será fundamental para as relações entre memória e identidade, pois as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal.

Aquela imagem inicial da memória como conhecimento disposto em suas caixas não deixa de guardar primitivamente uma vaga noção classificatória, mesmo que intuitiva. A partir de Candau, ela cede lugar a uma concepção de que o indivíduo, assim como as coletividades, necessitam segmentar e classificar para compreender e ordenar, e assim lembrar, ou esquecer. Todo o processo de organização guarda sua lógica a partir de uma arbitrariedade consensual. A maneira pela qual uma coletividade opera sobre o tempo e seleciona o que lembrar constitui-se um elemento fundamental para as relações entre memória e identidade, já que as representações da identidade são inseparáveis do sentimento de continuidade temporal. Em se tratando de coletividades, a ordenação do mundo se reveste da tradição. Da mesma forma, a invenção das tradições configura-se em um desdobramento de determinado ordenamento do mundo, e constituição de memórias, por grupos com forte identidade, a partir do estabelecimento de relações entre os acontecimentos ancorados no tempo.

Concorda-se com Poulot (2009) que a passagem do tempo confere valor aos artefatos que testemunhem o passado e sejam passiveis de, a partir de um determinado tempo, atingir uma significação independentemente do valor de sua origem.

As memórias coletivas, ao serem documentadas, constituem um patrimônio documental que deve ser preservado para sua disseminação como um legado do passado para o presente e do presente para o futuro.

Referências

CANDAU, Joël. Pensar e classificar: memória e ordenação do mundo. In: CANDAU, Joël. **Memória e Identidade.** Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

GOMES, Carla Renata A. S.; PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Espólio e Legado**: a construção do patrimônio cultural como objeto de estudo da história cultural. (mimeo), 2015. PPG em Memória Social e Bens Culturais UNILASALLE. Disciplina de Patrimônio Cultural. 2016-2.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). Introdução. In: _____. **A invenção das tradições.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial no ocidente. In: POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII- XXI**: do monumento aos valores. São Paulo; Estação Liberdade, 2009.

PEREIRA FILHO, Hilário Figueiredo. Documentação. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural?letra=d> . Acesso em: 25 jul 2016.

ISSN 1983-6783

UNESCO. Representação no Brasil. Comunicação e informação. Acesso ao conhecimento. **Patrimônio Documental.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>. Acesso em: 26 jun. 2016.